

## O LUGAR DO LAZER NO FAZER DOCENTE: PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

**Dan Gabriel D'Onofre<sup>1</sup>**  
Rio de Janeiro, RJ, Brasil

**Bruna Santiago Martins<sup>2</sup>**  
Rio de Janeiro, RJ, Brasil

**Resumo:** O presente trabalho discorre sobre como a pandemia da COVID-19 avolumou a precarização do fazer docente, abrindo frentes para compreender sua correlação com o exercício do lazer. Nesse sentido, apresenta-se discussão sobre o fazer docente, entendido enquanto relações de trabalho que envolvem ensino, pesquisa, extensão e atividades administrativas, agora extrapolando ainda mais ao universo doméstico durante a emergência sanitária, tomando parte do seu tempo livre. Por meio de abordagem qualitativa e indutiva, relaciona dados relativos às pesquisas sobre processo de precarização das condições de trabalho docente com o direito ao lazer, apontando leis, normas e questões históricas que regem a carreira do magistério na rede federal de ensino. Quanto aos resultados, articula-se tanto à maneira pela qual há uma intensa relação da sobrecarga de trabalho, com destaque ao período pandêmico, vinculando aos temas referentes ao adoecimento docente e redução do tempo livre desta categoria de trabalhadores. Por fim, para além de evidenciar como docentes não se destacam enquanto objeto de estudos no campo do lazer, contribui para o avanço de conhecimentos sobre as relações de trabalho em período pandêmico e novas maneiras de usufruto do lazer.

**Palavras-chave:** Lazer. Tempo livre. Precarização do trabalho docente. COVID-19.

## THE PLACE OF LEISURE IN TEACHING: PRECARIOUSNESS OF WORK RELATIONS

**Abstract:** This present study discusses how the COVID-19 pandemic exacerbated the precariousness of teaching, opening avenues to understand its correlation with the pursuit of leisure. In this regard, a discussion is presented on teaching as understood in the context of work relations encompassing teaching, research, extension, and administrative activities, now extending further into the domestic sphere during the health emergency, encroaching upon one's leisure time. Employing a qualitative and inductive approach, it relates data regarding research on the process of precarization of teaching work conditions to the right to leisure, pointing to laws, regulations, and historical issues governing the teaching profession in the federal education system. With respect to the results, it is linked to the manner in which there is an intense relationship between workload, particularly during the pandemic period, and issues related to the ill-being of teachers and the reduction of their free time. Finally, beyond highlighting how teachers are not prominent subjects of study in the field of leisure, this study contributes to the advancement of knowledge about work relations during the pandemic period and new ways of enjoying leisure.

**Keywords:** Leisure. Free time. Precariousness of Teacher's Employment. COVID-19.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: [donofretur@gmail.com](mailto:donofretur@gmail.com)

<sup>2</sup> Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. E-mail: [brunasantiago275@gmail.com](mailto:brunasantiago275@gmail.com)

## EL LUGAR DEL OCIO EN LA DOCENCIA: PRECARIEDAD DE LAS RELACIONES LABORALES

**Resumen:** El presente trabajo analiza cómo la pandemia de la COVID-19 agravó la precariedad de la enseñanza, abriendo vías para comprender su correlación con la búsqueda del ocio. En este sentido, se presenta una discusión sobre la enseñanza entendida en el contexto de las relaciones laborales que abarcan la enseñanza, la investigación, la extensión y las actividades administrativas, extendiéndose ahora incluso más al ámbito doméstico durante la emergencia sanitaria, afectando el tiempo libre. Utilizando un enfoque cualitativo e inductivo, se relacionan datos sobre la investigación del proceso de precarización de las condiciones de trabajo docente con el derecho al ocio, señalando las leyes, regulaciones y cuestiones históricas que rigen la profesión docente en el sistema de educación federal. En cuanto a los resultados, se vinculan a la forma en que existe una intensa relación entre la carga de trabajo, especialmente durante el período de la pandemia, y los problemas relacionados con el malestar de los docentes y la reducción de su tiempo libre. Finalmente, más allá de resaltar cómo los docentes no son sujetos destacados de estudio en el campo del ocio, este estudio contribuye al avance del conocimiento sobre las relaciones laborales durante el período de la pandemia y las nuevas formas de disfrutar del ocio.

**Palabras clave:** ocio. tiempo libre. Precarización del Trabajo Docente. COVID-19.

### INTRODUÇÃO

A classe trabalhadora tem sido severamente afetada em virtude de crises que antecederam e que também culminaram na pandemia da COVID-19. De acordo com o documento da Organização Internacional do Trabalho (International Labour Organization, cuja sigla em inglês é ILO), trata-se da pior crise global no trabalho desde a Segunda Guerra Mundial, afetando bilhões de trabalhadores e encerrando diversos postos de trabalho (ILO, 2020). Devido à necessidade de assimilar como medida não-farmacológica o distanciamento social, posto o causador da COVID-19 ser um coronavírus danoso ao sistema respiratório e com alto grau de contágio, o sistema educacional presencial acabou sendo um dos setores mais atingidos durante a pandemia da COVID-19 (BERNARDO; MAIA e BRIDI, 2020).

Ao passo que isso se sucedia, logo no primeiro trimestre de 2020, o Estado brasileiro, sob as mais variadas disputas ideológicas possíveis, emite a Portaria N° 454/2020, por meio do Ministério da Saúde, que “Declara, em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do coronavírus (COVID-19)” (BRASIL, 2020b). Desse modo, com objetivo de dar continuidade ao andamento do ano letivo de 2020, o Ministério da Educação (MEC) publica, no dia 16 de junho de 2020, a Portaria N°544, que “dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - COVID-19” (BRASIL, 2020a). Isto posto, emerge nesse contexto o fenômeno denominado Ensino Remoto (ER), compreendido como uma espécie de *home office* adaptado às

questões suscitadas pela pandemia da COVID-19.

Quanto à situação de trabalho de milhares de docentes, a implementação do ER trouxe consigo regulamentações e diretrizes governamentais ora frouxas, ora penosas, fazendo com que tais trabalhadoras e trabalhadores tivessem de se adaptar a essa nova realidade. Nesse movimento, houve pouquíssimo respaldo, tampouco auxílio das instituições, desamparando também a categoria de recursos financeiros para a aquisição dos novos materiais de trabalho. Docentes, por exemplo, para desempenhar o ER tiveram de arcar com gastos relativos à internet, energia elétrica, aquisição de materiais ergonômicos, dentre outros.

Além disso, houve a falta de capacitação para lidar com essas ferramentas tecnológicas, posto que muitas delas sequer compuseram, antes da pandemia da COVID-19, alguns dos recursos pedagógicos acionados por docentes das mais variadas formas. Ao passo que plataformas, câmeras, iluminação, dentre outras técnicas e ferramentas eram demandadas de forma abrupta, muitas instituições promoveram de modo célere a promoção de cursos formativos para estas tecnologias, à revelia da situação social, psicológica e econômica de cada docente. Souza *et al.* (2021) expõem que se trata de uma nova e complexa configuração de trabalho, que se aprofunda no contexto da pandemia e faz o uso exacerbado da tecnologia, articulando novos modos de controle, extração de sobretrabalho e do mais-valor social.

Por outro lado, apesar de ser um período com fortes traços de precarização do trabalho docente, não se trata de algo novo nessa categoria de trabalhadores, sendo apenas a ponta do “iceberg da precarização”. Estudos como os de Rocha e Sarriera (2006) apontam que para uma acentuada carga horária de trabalho, menores são os níveis de saúde geral de trabalhadores. Ainda sob esse aspecto, há destaque a docentes com dedicação exclusiva que possuem seus níveis de saúde visivelmente mais reduzidos, sobretudo quando se aciona o Questionário de Saúde de Goldberg (QGS-60) apontado por Rocha e Sarriera (2006). Tal estudo conclui que o ambiente de trabalho já contribuía para o processo de adoecimento desses trabalhadores, evidenciando que a fragilização dessa categoria não é algo exclusivo da atualidade, estando, agora, sob influência da pandemia da COVID-19.

Visto a contextualização apresentada, o presente trabalho resulta dos reflexos de uma iniciativa que une a perspectiva de se compreender as dinâmicas do lazer junto à comunidade universitária, dando atenção especial ao recorte do segmento docente. Nesse sentido, busca aprimorar o processo de análise sobre a precarização das relações de trabalho da categoria docente, entendido aqui como o fazer docente, com o acesso ao lazer enquanto direito social. O pano de fundo dessa discussão assenta-se no contexto da pandemia da COVID-19 e seus diversos atravessamentos na sobrecarga de trabalho docente e os seus impactos ao tempo livre.

Para realizar essa reflexão, o estudo apresenta inicialmente um mapeamento histórico do processo de precarização do trabalho docente. Logo após, apresenta um recorte histórico de conquista do lazer pela classe trabalhadora, bem como as leis que regulamentam o acesso ao lazer pela categoria de docentes do ensino superior, em específico. Busca elucidar uma análise que permita refletir a respeito da debilitação do trabalho e do tempo livre dos professores/professoras (PEREIRA, 2016) em instituições públicas de ensino superior junto à rede federal, com destaque à categoria do Magistério Superior.

### **Mapeamento histórico do processo de precarização e intensificação do trabalho docente superior**

Para iniciar o debate a respeito do acesso ao lazer de docentes de ensino superior, primeiro se faz necessária uma reflexão sobre o processo de intensificação do trabalho docente, visto que é no tempo do trabalho que o lazer encontrou mais impasses (DUMAZEDIER, 1994). Compreender o seu contexto histórico é essencial, considerando que se trata de um processo e não de um fato atual. Desde a década de 1960, está em curso no Brasil a intensificação da jornada de trabalho desta categoria de trabalhadoras e trabalhadores (BOSI, 2007), embora considere-se que com a pandemia da COVID-19 tal processo tenha se agudizado (CONCEIÇÃO, 2021).

Segundo Bosi (2007), o principal marco nas mudanças ocorridas no mundo do trabalho que envolveram as atividades docentes, dá-se mediante à crise internacional de acumulação do capital iniciada a partir da década de 1970. Ainda segundo o autor, a marca deste processo se configura sobretudo em formas de superação do aumento da taxa de exploração sobre o trabalho. No Brasil daquela época, a experiência da ditadura empresarial-militar promoveu uma reconfiguração na legislação trabalhista, com o objetivo de permitir a exploração sobre o trabalho. Entretanto, a intensificação, a flexibilização, a desregulação e a precarização das relações de trabalho, já eram ingredientes cruciais no desenvolvimento do capitalismo no Brasil, dado seu legado colonial, escravocrata e periférico na economia mundial.

Ao longo da década de 1990, o Banco Mundial irradiou para toda a América Latina políticas voltadas para a mercantilização da educação superior (BOSI, 2007). Desde então, a ideia de que a educação deveria ser encarada como “Setor dos Serviços Não-Exclusivos do Estado” passou a orientar o Estado em relação às universidades públicas. Uma das consequências dessa prática começou a ser mais propriamente observada por volta da década de 1990, no governo Collor de Melo, quando a relação de matrículas em cursos presenciais

oferecidas por Instituições de Ensino Superior (IES) privadas aumentou bastante com relação a matrículas de IES públicas, gerando muitas mudanças na rotina das atividades de ensino, pesquisa e extensão (BOSI, 2007). O autor ainda retrata que

Este último elemento tem definido a sorte do trabalho docente no Brasil, uma vez que estabeleceu a expansão da educação superior pela via privada e introduziu, nas IES públicas, uma tendência – cada vez mais predominante – de mercantilização do trabalho docente materializada, por exemplo, no crescimento dos cursos de pós-graduação lato sensu pagos (BOSI, 2007, p.1507).

Ainda segundo Bosi (2007), a partir de 1998, no segundo mandato de FHC, inicia-se um período marcado por legislações que estimularam a multiplicação de instituições de ensino privadas com políticas de estagnação nas IES públicas, explicitado no arrocho orçamentário e no represamento de concursos. Ao se analisar o crescimento da força de trabalho docente, sua evolução foi de 109 mil em 1980, para 279 mil em 2004. No entanto, de acordo com os dados da referida pesquisa supracitada, 53% desse crescimento foi nas IES públicas, enquanto 270% nas IES privadas. Ademais, destaca-se a flexibilização da contratação e dos regimes de trabalho nas IES públicas, com a utilização de alunos de pós-graduação como professores substitutos e a fracassada tentativa do governo FHC de instituir o regime de 12 horas nos IFES (Institutos Federais de Ensino Superior), aumentando as jornadas de trabalho.

No governo do FHC 2, em 1998, ocorreu um processo penoso de intensificação do trabalho docente com a criação da Gratificação de Estímulo à Docência (GED). Neste artifício, os docentes que atingissem 120 pontos contabilizados em relação a atividades acadêmicas teriam direito à tal gratificação. No geral, a obtenção desses pontos dava-se pelo aumento de horas de aulas semanais, ou seja, do aumento do tempo de trabalho. Ao passo que tal iniciativa se consolidava, destaca-se o aumento de 8 alunos por professor em 1998, para 12 alunos por professor em 2004 (BOSI, 2007). Desse modo, ocorreu uma pressão para aumentar a quantidade de trabalho dentro de uma jornada de 40 horas, alicerçada na ideia de que os docentes devem ser “mais produtivos”, entregando mais “produtos” (aulas, orientações, publicações, projetos, etc.) (BOSI, 2007).

Nos meados dos anos 2000, Bosi (2007) acentua que cada vez mais o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e as fundações de apoio à pesquisa têm convertido seus recursos em estudos que potencializem a capacidade de reprodução do capital. Cada vez mais privatizados os meios de produção do trabalho docente, resta aos professores desenvolverem suas próprias condições de trabalho. Visto que, institucionalmente, os meios de produção acadêmicos (livros, laboratórios, computadores,

equipamentos, bolsas, etc.) foram concentrados e disponibilizados para as áreas que conseguem inverter ciência e tecnologia para o capital.

Leite (2017) aponta, enquanto precursor central desse processo de precarização, a reforma universitária durante o governo Lula, no ano de 2004. Esta, por sua vez, trouxe a consolidação acelerada e fragmentada de políticas educacionais que abriram o mercado brasileiro ao comércio transnacional de educação, caminhando ao encontro daqueles que estão atraídos pelo mercado de ensino superior no Brasil. Segundo a autora, a expansão dos campi universitários atribuiu os recursos diretamente ao aumento de discentes e de carga horária sem que houvesse aumento de contratação.

Em suma, todas as micropolíticas que incorporam a reforma universitária geraram, segundo Leite (2017), a intensificação no trabalho docente, com um ambiente profissional marcado por competitividade e pressão quantitativa, ligada à pressão/exigência de produção. Uma rotina que compromete toda a carga horária diária/semanal, ainda antes da pandemia da COVID-19, tem invadido a residência de docentes, tomando-lhes os dias de descanso e férias. Esse trabalho exacerbado desencadeia doenças e manifestações patológicas como o esgotamento emocional, falta de realização profissional e despersonalização (LEITE, 2017). Como exemplo à pressão quantitativa a autora cita:

Um exemplo claro são as Bolsas de Produtividade (CNPq), que indubitavelmente trazem status, mas implicam em altos custos pessoais para sua manutenção. Isto porque os critérios são, cada vez mais, mensurados quantitativamente, enquanto o número de bolsas diminui ou estanca (LEITE, 2017, p.211).

Segundo Queiróz e Emiliano (2020), em 2017 e 2018 o sistema nevrálgico do “novo capitalismo na educação” apresentava-se baseado em uma sujeição direta da escola à razão econômica. Ao mesmo passo, esse período político (2015-16) onde houve o impeachment de Dilma Rousseff, acompanhavam-se corte nas verbas destinadas à Educação e à Ciência e à Tecnologia, bem como um processo de desmonte da universidade pública federal.

Nessa nova forma de gestão da educação pública federal superior, impõe-se um novo ritmo de processo de trabalho, o qual parece intensificar o desgaste físico e mental de docentes. À medida que as jornadas de trabalho se prolongam, há menos docentes para cumprir as tarefas e, portanto, mais trabalho é exigido. A intensificação do trabalho docente pode ser entendida nesse contexto como uma expressão dos processos de metamorfose pelas quais vem passando a educação superior no Brasil. Nesse modelo, há uma concepção pautada em valores mercadológicos e individualistas, atribuindo à educação um caráter empresarial (QUEIRÓZ; EMILIANO, 2020).

Os autores Queiróz e Emiliano (2020) ainda destacam que, nesse novo modelo de gestão, é comum o discurso de uma carga horária elevada. Nessa nova condição, a hora do não trabalho é contaminada pelo trabalho na vida pessoal, inclusive nas necessidades básicas de descanso. O trabalho é levado para casa, atravessa as horas de sono e acarreta a um adoecimento físico e mental nos docentes, como também apontam Souza *et al.* (2018), Ferreira e Pezuk (2021). Sendo importante frisar que o fazer docente não é resumido em “dar aula”, posto que as exigências laborais abrangem o tripé de ensino-pesquisa-extensão, além das atividades administrativas. Aqui se destaca que, devido à carência de pesquisas com recorte ao público em questão e sua relação para com o lazer, pauta-se na perspectiva de correlacionar o fazer docente para com o direito social em questão.

Quanto aos anos de 2020 e 2021, os mesmos foram marcados pela pandemia causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2). Parte-se da averiguação de que essa nova realidade potencializou a precarização das relações de trabalho e causou a diminuição do tempo livre da categoria docente. Souza *et al.* (2021) retrata que esse contexto pandêmico trouxe mudanças no processo de organização do trabalho docente. O processo de ensino ocorreu por plataformas virtuais, tanto por aulas em tempo real diretamente entre professores e alunos (síncronas), quanto por aulas gravadas (assíncronas).

Nestas, havia a exibição de materiais para as turmas, disponibilizando por meio de mensagens eletrônicas, nuvens virtuais ou pastas compartilhadas. Ocorre que a emergência do fenômeno “aula remota”, submete docentes às novas exigências e mudanças na organização do trabalho, tais como ritmo de trabalho, sobrecargas laborais, burocracias e controle (remoto) de turmas.

Pinho *et al.* (2021) destacam que apesar da precarização do trabalho docente não ser nova, ela parece se intensificar nesses novos contextos. A nova remodelagem das formas de exercer o ofício docente, a revisão aguda dos tempos de trabalho e da vida familiar, produziram consequências negativas expressivas à saúde física e mental desta categoria. Com a pandemia e o trabalho remoto, os autores evidenciaram uma maior dedicação e aumento na carga horária semanal de trabalho, além dos desafios de auto capacitação e o manejo de ferramentas tecnológicas (PINHO *et al.*, 2021).

Acrescenta-se aos impactos pandêmicos acarretados pelo trabalho remoto, o contexto político que muito influenciou o trabalho docente. O governo Bolsonaro é marcado por uma gestão da pandemia por meio do negacionismo pandêmico, expresso publicamente em diversos eventos, em diferentes técnicas de negação à ciência, muitas vezes com justificativas religiosas, sobretudo no que concerne a remédios e vacinas (GUERREIRO; ALMEIDA, 2021).

Essa negação também implica diretamente ao ofício docente, visto que desacredita diretamente os estudos desenvolvidos dentro da academia, acentuando a precarização dessa classe de trabalhadores e trabalhadoras. O Quadro 1 que segue abaixo apresenta um resumo sucinto desse processo histórico de precarização.

**Quadro 1.** Processo histórico de precarização do trabalho docente.

Ano	Governo	Contexto	Fonte
1964	Castelo Branco	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reconfiguração da legislação trabalhista.</li> </ul>	Bosi (2007)
1970	Médici	<ul style="list-style-type: none"> <li>Crise de acumulação do capital.</li> </ul>	Bosi (2007)
1990	Collor	<ul style="list-style-type: none"> <li>Incentivo do banco mundial;</li> <li>Aumento de professores e alunos.</li> </ul>	Bosi (2007)
1998	FHC	<ul style="list-style-type: none"> <li>Legislação estimula privadas;</li> <li>Estagnação pública (sem concurso).</li> </ul>	Bosi (2007)
2000	FHC	<ul style="list-style-type: none"> <li>CNPQ incentiva quem converte ciência em capital.</li> </ul>	Bosi (2007)
2004	Lula	<ul style="list-style-type: none"> <li>Micropolíticas que trouxeram a reforma universitária.</li> </ul>	Leite (2017)
2010	Dilma	<ul style="list-style-type: none"> <li>Micropolíticas que trouxeram a reforma universitária;</li> <li>O novo capitalismo na educação.</li> </ul>	Leite (2017) Queiróz e Emiliano (2020)
2017	Temer	<ul style="list-style-type: none"> <li>O novo capitalismo na educação;</li> <li>Corte de verbas;</li> <li>Impeachment da Dilma.</li> </ul>	Queiróz e Emiliano (2020)
2020	Bolsonaro	<ul style="list-style-type: none"> <li>Pandemia da COVID-19;</li> <li>Trabalho remoto;</li> <li>Negacionismo pandêmico.</li> </ul>	Souza <i>et al.</i> (2021); Pinho <i>et al.</i> (2021); Guerreiro e Almeida (2021)

Fonte: Dos autores.

Nesse sentido, cabe destacar que ao passo que avançaram as estratégias tanto de mercantilização da Educação Superior, como de precarização das relações de trabalho, o fazer docente no contexto pandêmico passou a incorporar ainda mais processos de sobrecarga de trabalho, além de sua conversão ao modelo remoto (CONCEIÇÃO, 2021). Ou seja, se já havia um cenário de ampliação das rotinas de trabalho ligadas às tarefas administrativas, de ensino, pesquisa e extensão, com a pandemia da COVID-19, sob o governo Bolsonaro, as gestões das IES da rede federal passaram a impor uma adaptação ao modelo remoto de trabalho. Tal processo ocorreu tanto sem qualquer contrapartida financeira para aquisição de estruturas, equipamentos e retribuição por gastos com energia, aumento do tráfego de dados, dentre outros, como por meio de uma capacitação célere. Isso suscita a questionar se tal processo encaminhou-se para uma redução do tempo livre de docentes. Nesse sentido, compreender se junto à rotina diária de tarefas o tempo livre passou a ser reduzido, permitirá compreender como o acesso ao lazer se manifesta junto à vida da categoria docente de IES públicas.

## Aspectos Metodológicos

O estudo em questão trata-se de um dos resultados do projeto de pesquisa “Nós fazemos? O estado do Lazer na UFRRJ”, que tem por objetivo estudar o tempo livre da comunidade da UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), numa iniciativa do Grupo de Pesquisa de Estudos Sociais em Hospitalidade e Lazer (GPES HospLaz). Este, por sua vez, teve fomento pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC-UFRRJ). O projeto se encontra em fase de análise de dados coletados, recortando a complexa realidade com entrevistas de profundidade juntamente a docentes do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA).

Cabe dizer que este instituto foi selecionado para esse processo exploratório de pesquisa devido a proximidade da equipe para com a realidade do mesmo. Entretanto, neste momento, apresentam-se apenas os achados teóricos e ensaísticos que apontam a intensificação do trabalho docente na rede federal de ensino superior, de forma generalista, enquanto uma oposição à experiência do tempo livre, invólucro do lazer pela perspectiva dumazediana.

Ainda assim, a presente comunicação mostra os esforços para compreender a raiz desse processo de desmonte da qualidade de vida dos docentes da rede federal de ensino e sua relação com o lazer, algo não difuso no campo das pesquisas. Ou seja, se houvesse uma pergunta síntese para esta comunicação responder, a mesma seria “por que não se aborda o lazer da categoria que elabora e executa pesquisas no país?”. O projeto de pesquisa foi aprovado junto ao comitê de ética sob número de protocolo 23083.018470/2020-12, o qual versa sobre procedimentos de coleta de dados com seres humanos.

A abordagem do artigo é qualitativa, de caráter exploratório que, segundo Gerhardt e Silveira (2009), tem como finalidade proporcionar maior familiaridade com o problema, visando torná-lo mais explícito, a construir hipóteses de pesquisas. Enquanto procedimento realizado, foi elaborado um levantamento bibliográfico a partir de material já publicado (PRODANOV; FREITAS, 2013), procurando, via aproximação com análise de conteúdo, referências teóricas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema (FONSECA, 2002).

O levantamento bibliográfico foi feito na plataforma do SciELO Brasil, da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Google Acadêmico, durante os anos de 2020 a 2021, com a pesquisa dos índices “tempo livre professores”, “trabalho professores universitários”, “tempo livre docente”, “condições de trabalho docente”, “trabalho docente”, “lazer professor pandemia”. Inicialmente,

deu-se centralidade apenas a artigos publicados em periódicos científicos com os filtros supracitados, em língua portuguesa. Por seguinte, foi realizada a leitura dos resumos, onde foram selecionados apenas os artigos com pertinência à pesquisa, totalizando 13 destes. Segue abaixo no Quadro 2 os artigos escolhidos.

**Quadro 2.** Os artigos selecionados para o levantamento bibliográfico.

Nº	Título dos trabalhos	Autores
1	O direito ao lazer do professor de ensino superior.	Pereira (2016)
2	Publicar ou perecer: a esfinge do produtivismo acadêmico.	Leite (2017)
3	Saúde percebida em professores universitários: gênero, religião e condições de trabalho.	Rocha e Sarriera (2016)
4	Ser docente no Século XXI: o trabalho em uma universidade pública brasileira.	Queiroz e Emiliano (2020)
5	A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos.	Bosi (2007)
6	Trabalho remoto docente e saúde: repercussões das novas exigências em razão da pandemia da Covid-19.	Pinho <i>et al.</i> (2021)
7	Trabalho remoto, saúde docente e greve virtual em cenário de pandemia.	Souza <i>et al.</i> (2021)
8	Saúde mental e condições de trabalho docente universitário na pandemia da COVID-19.	Monteiro e Souza (2020)
9	A precarização do trabalho docente e o adoecimento mental no contexto neoliberal.	Moura <i>et al.</i> (2019)
10	Cadernetas de saúde e trabalho: diários de professores de universidade pública.	Souza <i>et al.</i> (2018)
11	Entre o prazer e o sofrimento: um estudo sobre os sentidos do trabalho para professores universitários.	Coutinho <i>et al.</i> (2011)
12	Síndrome de Burn-out: um olhar para o esgotamento profissional do docente universitário.	Ferreira e Pezuk (2021)
13	Impactos da pandemia de covid-19 no lazer e no trabalho do professor universitário em home office.	Conceição (2021)

Fonte: Dos autores.

Ademais, destaca-se o uso do diário de campo durante toda a execução do projeto, visando documentar todo o passo a passo da construção desta pesquisa em curso. A seguir, apresentam-se os resultados relacionados aos achados sobre a precarização das condições de trabalho e seus impactos no fazer docente.

## Resultados e discussões

Após a compreensão da perspectiva histórica de precarização do trabalho docente, das constantes tentativas políticas de aumentar sua carga horária e nos entraves/limitações no acesso ao tempo livre, vale apresentar o que a literatura nos diz a respeito do que é lazer, o que é tempo livre, quais seus impasses no tempo do trabalho e o lazer enquanto um direito social. Segundo Dumazedier (2008), a sociologia do lazer foi iniciada nos Estados Unidos nos anos 1920 e 30. Já os primeiros estudos surgiram nos EUA e na França, buscando uma relação entre

o fenômeno do lazer e outros campos da realidade social. Todavia, foi apenas na Segunda Guerra Mundial que pesquisas sobre lazer se espalharam pelos demais países do continente europeu, relacionando-se com mais frequência a outras áreas sociais.

Se, reafirma-se, que Dumazedier (1994) conceitua que o tempo social em que o lazer encontrou mais impasses foi o tempo do trabalho, visto que teve de esbarrar em diversas crenças e valores culturais históricos pré-existentes, destaca-se a lógica social voltada para o trabalho e para o capital, em que o “tempo é dinheiro”. Tal lema, infelizmente, pauta boa parte de todas as relações sociais regidas em torno dessa dinâmica trabalhista junto ao sistema capitalista de produção. Contudo, a revolução do tempo livre não veio para suprir esse tempo voltado para o dinheiro: veio para organizá-lo, para estabelecer novas dinâmicas, novos valores culturais e novas prioridades para “a primeira necessidade humana”.

Silva *et al.* (2011) dizem que o surgimento do lazer está atrelado à diminuição do tempo de trabalho, aumento do tempo livre e preocupação com a qualidade de vida. Ou seja, partindo-se de pressupostos dumazedianos, compreender como o tempo livre se manifesta na vida da classe trabalhadora permite compreender como esse invólucro estimula o exercício do lazer (DUMAZEDIER, 2008), concebendo-o enquanto um assunto social. Retomando a Silva *et al.* (2011), a relação da palavra “lazer” vem ganhando diversas interpretações equivocadas na sociedade moderna, fazendo os indivíduos associarem lazer à prática de uma atividade específica.

O Grupo Luce (2021) divulgou palestra com o Prof. Dr. Luiz Octávio Camargo cuja preleção defende que o lazer é aquele tempo após ter se liberado das obrigações profissionais (escola e transporte correspondente), familiares (semilazer) e sociais (compromissos sociopolíticos, religiosos e semiprofissionais). Isto é, de acordo com este autor que correlaciona os estudos de trabalho, em algum grau, aos estudos do lazer, estes dependeram durante muito tempo das pesquisas que retratem o orçamento do tempo. Pina e Ribeiro (2012) definem o lazer como o tempo liberado após as obrigações educacionais, profissionais, sociais, religiosas, políticas e domésticas, que pode ser ocioso ou preenchido com atividades que deem prazer.

Segundo Silva *et al.* (2011), há um certo debate sobre quando surgiu o lazer, liderado sobretudo por duas correntes não antagônicas e, sim, com focos diferentes. Os autores citam que a sociedade tradicional é marcada pelo ambiente rural e familiar, onde os indivíduos tinham relações próximas, não havendo limites espaciais entre o trabalho e descanso. Nesse sentido, o binômio trabalho/lazer não era caracterizado. Já a sociedade moderna, é marcada pela urbanização, industrialização e padronização, cujos indivíduos não possuíam muita convivência, sem ligações uns com os outros, caracterizando o binômio trabalho/lazer (SILVA *et al.*, 2011).

Lazer e trabalho apesar de antagônicos e distintos, apresentam uma grande relação. Um dos primeiros trabalhos que levantam a questão do lazer na industrialização foi produzido por Lafargue (1999), em “O Direito à Preguiça”. Lafargue considerava o trabalho algo excessivo e penoso, uma atividade que levava a classe operária à exaustão. Assim, defendia que deveriam ser apenas 3 horas diárias de trabalho, desse modo haveria emprego para todos, preconizando que o direito à preguiça é algo nobre.

No que concerne o lazer enquanto um direito social, Silva *et al.* (2011) descrevem que foram diversas leis nacionais e internacionais que regulamentavam o lazer como algo necessário para a sociedade (CLT, Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do Idoso, Estatuto da Pessoa com Deficiência, Declaração Universal dos Direitos do Homem e etc.). A institucionalização do direito não garante o lazer em si, mas ter enquanto lei é um grande avanço social. O lazer é uma conquista social da classe trabalhadora que, passo a passo (férias, finais de semana e etc.), tem batalhado para que esse direito deixasse de ser um privilégio para a classe dominante, instituindo um princípio de equilíbrio social.

No Brasil, o lazer é assegurado enquanto um direito social pela Constituição Federal de 1988. No título II, capítulo II, Art. 6º é retratado como um dos direitos e garantias fundamentais a todos os cidadãos. Além da Lei nº 12.772, que rege o plano de carreira e regulamenta o tempo livre do magistério superior da rede federal, no capítulo XII, o Art. 36 regulamenta o período de descanso através dos 45 dias de férias anuais para docentes. Nesse sentido, reconhece-se que esta categoria por apresentar uma sobrecarga de trabalho que já extrapolava o que é feito em seu local de trabalho, porta consigo tarefas para casa que, com a pandemia da COVID-19, apenas aumentou sem qualquer contrapartida legal.

Ainda segundo a Lei nº 12.772, o Magistério Federal está submetido ao regime de trabalho de 40 horas semanais, havendo a predileção pela dedicação exclusiva (DE) à instituição, que inclui as atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional. Ou seja, no que tange às horas trabalhadas, docentes da rede federal de ensino superior podem ou desenvolver 40 horas semanais com ou sem DE, ainda que seja relevante destacar que as representações sindicais reforçam esta última como uma conquista primordial para minar, por exemplo, jornadas de trabalho em mais de uma instituição de ensino enquanto alternativa para a reprodução social desta categoria.

Outra possibilidade se volta para a carreira em tempo parcial de 20 horas semanais de trabalho, sendo também essa caracterização de muitas e muitos docentes que temporariamente substituem outros e outras (realização de mestrados, doutorados, estágios pós doutorais, além de questões relativas à saúde) que se encontram no regime efetivo. Contudo, o que se observa

é que os docentes, sobretudo em dedicação exclusiva, possuem uma jornada de trabalho que vai muito além de “40 horas semanais”, principalmente no contexto pandêmico.

### **Considerações finais**

Curiosamente, constata-se que a categoria docente não se configura sujeito de pesquisas no campo do lazer. Ou seja, se havia por parte da equipe a ideia de trabalhar a perspectiva de como a pandemia da COVID-19 afetou o lazer de docentes do ICISA da UFRRJ, foi necessário realizar uma densa pesquisa que correlacionasse primeiramente a jornada e a intensificação do trabalho docente da rede federal do ensino superior. Isto é, o achado desta pesquisa aponta para que se desenvolva um campo de estudo sobre o lazer de quem desenvolve o fazer docente.

Os resultados do levantamento bibliográfico que tratam de trabalho desta categoria, para esta pesquisa, apontam para um processo lento e penoso de intensificação das rotinas de trabalho. Conceição (2021), por exemplo, traz contribuições sobre como esse processo de assoberbamento laboral durante a pandemia da COVID-19 tem impactado negativamente as experiências de exercício do direito ao lazer.

Mais que nunca, a superexploração do trabalho docente parece acontecer de diferentes formas: com o aumento de discentes, a dificuldade de acessar os meios de produção acadêmica, a mercantilização do ensino superior, as métricas quantitativas de produtividade acadêmica, etc. Todavia, uma forma de exploração aparece em todos os períodos citados na pesquisa: as inúmeras tentativas de aumentar a carga horária do docente. Estas aparecem tanto de forma direta, através do aumento das 40 horas semanais, como de forma indireta, por meio de micropolíticas e represamento de concursos. Isso apenas ratifica o discurso de Dumazedier (1994) que é no tempo do trabalho que o lazer encontra mais impasses.

Ademais, apesar da existência lei nº 12.772 vigente desde 2012, a qual institui 40 horas semanais (com ou sem dedicação exclusiva) e 20 horas semanais para docentes sem dedicação exclusiva, ainda assim autores como Queiróz e Emiliano (2020) apresentam dados de que há, por parte de diversos setores, a defesa de que a categoria poderia ter uma carga horária de trabalho mais elevada. Comprovando que embora exista a lei institucionalizando a jornada de trabalho, a qual por sua vez permite visualizar também a existência (ou não) do tempo livre, sempre esteve presente em diversos discursos as tentativas de intensificação laboral de docentes da rede federal de ensino superior. Isso é possível de ser constatado quando, em diferentes fases da vida política brasileira, houve exigências em torno desta categoria de

trabalhadores para abdicar do tempo livre e engajar-se no fazer docente.

Outro achado da pesquisa é quanto aos agravos que esse processo de intensificação traz à saúde dos docentes à revelia da luta pelo tempo livre. Alguns autores abordam essa constatação, como Leite (2017), apontando para um trabalho exacerbado que desencadeia doenças e manifestações patológicas como o esgotamento emocional, falta de realização profissional e despersonalização. Por sua vez, Rocha e Sarriera (2006) concluem que os docentes de dedicação exclusiva apresentam maiores distúrbios de sono, estresse psíquico e desejo de morte.

Queiroz e Emiliano (2020) também corroboram que a categoria atravessa um processo de intensificação laboral que causa o adoecimento. Isso ocorre porque docentes que passam maior número de horas em sala de aula, possuem uma maior sobrecarga de atividades, tendo a obrigatoriedade imposta de realizar as tarefas fora do ambiente organizacional. Isto é, tais docentes nestas condições podem deixar que ocorra a invasão do trabalho ao espaço doméstico, alterando o tempo livre para tempo de trabalho. Entretanto, a luta por uma jornada de trabalho compatível com as especificidades da categoria é fundamental para a valorização e a qualidade de vida do magistério (SILVA, 2015), sendo o lazer um importante indicador de como vive e usufrui o tempo livre docentes Brasil afora.

Soma-se a isso o período pandêmico, que veio intensificando e deixando mais patentes esses traços de precarização, impondo novas exigências ao fazer docente (PINHO *et al.*, 2021). Essas exigências obrigaram tais profissionais a se adaptarem abruptamente ao novo formato de ensino e ao ambiente virtual de trabalho, tendo de improvisar o próprio espaço doméstico, dividindo simultaneamente sua atenção, seu tempo, entre as atividades profissionais e familiares (SOUZA *et al.*, 2021). A pandemia da COVID-19 impôs uma nova configuração ao fazer docente, com o trabalho adentrando ainda mais o espaço doméstico, como apontam Monteiro e Souza (2020), além de imperar uma configuração em que a linha entre o tempo do trabalho e demais tempos sociais ficou ainda mais tênue.

A pesquisa apontou que a desestabilização do trabalho docente, apesar de mais intensa no contexto atual, trata-se de um processo histórico que vem ganhando traços e capítulos a cada governo. Além disso, ratificou que apesar da existência de leis que regulamentam o lazer enquanto um direito social, ainda assim, sempre se apresenta implícito e explicitamente nos discursos a promoção de uma carga horária de trabalho mais elevada à categoria docente da rede federal de ensino superior. Esse movimento reifica a ideia equivocada de que o fazer docente se restringe apenas àquele expresso em horas em sala de aula. Portanto, compreende-se que a sobrecarga de trabalho, agora em formato remoto, tende a diminuir o tempo livre de

docentes.

Ademais, ressaltam-se as dificuldades de pesquisa com o acervo que retrate a questão do trabalho docente, do trabalho em contextos de pandemia e a escassez do enfoque ao lazer a esta categoria de trabalhadores, evidenciando a negligência com esses profissionais que se dedicam tanto ao bem-estar da sociedade. Sendo estes indispensáveis em tempos obscuros onde a ciência está sob constante ataque, por fim, aponta-se a necessidade de realizar um levantamento sobre o estado do lazer de docentes tanto durante, como após a pandemia da COVID-19, dedicando-se a como se dá a distribuição de tempos sociais para esta categoria, bem como que tipo de atividades são realizadas no lazer de docentes.

## REFERÊNCIAS

BERNARDO, Kelen Aparecida da Silva; MAIA, Fernanda Landolfi; BRIDI, Maria Aparecida. As configurações do trabalho remoto da categoria docente no contexto da pandemia COVID-19. **Novos Rumos Sociológicos**, [S.L.], v. 8, n. 14, p. 8-39, 29 dez. 2020. Universidade Federal de Pelotas. <http://dx.doi.org/10.15210/norus.v8i14.19908>. Acesso em: 15 fev. 2022.

BOSI, Antônio de Pádua. A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. **Educação & Sociedade**, [S.L.], v. 28, n. 101, p. 1503-1523, dez. 2007. <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-73302007000400012>. Acesso em: 10 fev. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília/DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012**. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal. Brasil, Casa Civil, [2012]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2012/lei/l12772.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12772.htm). Acesso em: 04 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n. 544 de 16 de junho de 2020a**. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19. 2020a. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-544-de-16-de-junho-de-2020-261924872>. Acesso em: 17 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº454 de 20 de março de 2020b**. Dispõe sobre a declaração, que todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do coronavírus (covid-19). Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-454-de-20-de-marco-de-2020-249091587>. Acesso em: 14 abril. 2022.

CONCEIÇÃO, Vagner Miranda da. Impactos da Pandemia de Covid-19 no Lazer e no Trabalho do Professor Universitário em Home Office. **Licere - Revista do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, [S.L.], v. 24, n. 3, p. 490-526, 27 set. 2021. Universidade Federal de Minas Gerais - Pro-Reitoria de Pesquisa. <http://dx.doi.org/10.35699/2447-6218.2021.36337>. Acesso em: 15 fev. 2022.

COUTINHO, Maria Chalfin *et al.* Entre o prazer e o sofrimento: um estudo sobre os sentidos do trabalho para professores universitários. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v. 2, n. 13, p. 154-167, mar. 2011. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/view/3031>. Acesso em: 14 abr. 2022.

DUMAZEDIER, Joffre. **A revolução cultural do tempo livre**. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 1994.

DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia Empírica do Lazer**. São Paulo: Perspectiva, SESC, 2008.

FERREIRA, Elizabete Cazzolato; PEZUK, Julia Alejandra. Síndrome de Burn-out: um olhar para o esgotamento profissional do docente universitário. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, [S.L.], v. 26, n. 2, p. 483-502, maio 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-40772021000200008>. Acesso em: 16 fev. 2022.

FONSECA, João. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GERHARDT, Tatiana; SILVEIRA, Denise (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFGRS Editora, 2009.

GUERREIRO, Clayton; ALMEIDA, Ronaldo de. Negacionismo religioso: bolsonaro e lideranças evangélicas na pandemia covid-19. **Religião & Sociedade**, [S.L.], v. 41, n. 2, p. 49-74, ago. 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/0100-85872021v41n2cap02>. Acesso em: 17 fev. 2022.

GRUPO LUCE. **Bate papo virtual com o prof. Dr. Luiz Octávio Camargo**: Joffre Dumazedier e os Estudos do Lazer. Produção de Christianne Luce Gomes. Intérpretes: Luiz Octávio Camargo. Roteiro: Christianne Luce Gomes. Belo Horizonte: Grupo Luce - Ufmg, 2021. (93 min.), son., color. Legendado. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0c7hwSQhITU&t=3415s>.

ILO (International Labour Organization). **COVID-19 and the world of work. Ilo Monitor**, Montreal, v. 3, n. 1, p. 1-23, 29 abr. 2020. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@dgreports/@dcomm/documents/briefingnote/wcms\\_743146.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@dgreports/@dcomm/documents/briefingnote/wcms_743146.pdf). Acesso em: 15 fev. 2022.

LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça**. São Paulo: Hucitec, 1999.

LEITE, Janete Luzia. Publicar ou perecer: a esfinge do produtivismo acadêmico. **Revista Katálysis**, [S.L.], v. 20, n. 2, p. 207-215, ago. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592017v20n2p207>. Acesso em: 10 fev. 2022.

MONTEIRO, Bruno, SOUZA, Jose. Saúde mental e condições de trabalho docente universitário na pandemia da COVID-19. **Research, Society And Development**, [S.L.], v. 9, n. 9, p. 1-16, 26 ago. 2020. Research, Society and Development. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i9.7660>. Acesso em: 12 fev. 2022.

MOURA, Juliana *et al.* A precarização do trabalho docente e o adoecimento mental no contexto neoliberal. **Revista Profissão Docente**, [S.L.], v. 19, n. 40, p. 01-17, 7 jun. 2019. Revista Profissão Docente. <http://dx.doi.org/10.31496/rpd.v19i40.1242>. Acesso em: 15 fev. 2022.

PEREIRA, Marcela Semeghini. O direito ao lazer do professor de ensino superior. **Rfd- Revista da Faculdade de Direito da Uerj**, [S.L.], n. 30, p. 55-76, 12 dez. 2016. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.12957/rfd.2016.14685>. Acesso em: 11 fev. 2022.

PINA, Wilson; RIBEIRO, Olívia. **Lazer e recreação na hotelaria**. 2. ed. São Paulo: Editora Senac, 2012.

PINHO, Paloma *et al.* Trabalho remoto docente e saúde: repercussões das novas exigências em razão da pandemia da Covid-19. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 19, 2021, e00325157. DOI: [10.1590/1981-7746-sol00325](https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00325). Acesso em: 12 fev. 2022.

PRODANOV, Cleber; FREITAS, Ernani. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013.

QUEIROZ, Maria de Fátima Ferreira; EMILIANO, Laiany Lara. Ser docente no Século XXI: o trabalho em uma universidade pública brasileira. **Revista Katálysis**, [S.L.], v. 23, n. 3, p. 687-699, dez. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p687>. Acesso em: 12 fev. 2022.

ROCHA, Kátia Bones; SARRIERA, Jorge Castellá. Saúde percebida em professores universitários: gênero, religião e condições de trabalho. **Psicologia Escolar e Educacional**, [S.L.], v. 10, n. 2, p. 187-196, dez. 2006. <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-85572006000200003>. Acesso em: 15 fev. 2022.

SILVA, Amanda Moreira da. O tempo-mercadoria e a utilização do tempo livre dos trabalhadores docentes. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX ENGELS, 8., 2015, Campinas/SP. **Anais do VIII Colóquio Internacional Marx Engels**. Campinas/SP: Cemarx, 2015. p. 1-8.

SILVA, Débora. *et al.* **A importância da recreação e do lazer**. Brasília: Gráfica e Editora Ideal, 2011.

SOUZA, Katia *et al.* Cadernetas de saúde e trabalho: diários de professores de universidade pública. **Cadernos de Saúde Pública**, [S.L.], v. 34, n. 3, p. 1-11, 8 mar. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00037317>. Acesso em: 12 fev. 2022.

SOUZA, Kátia *et al.* Trabalho remoto, saúde docente e greve virtual em cenário de pandemia. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 19, 2021. DOI: [10.1590/1981-7746-sol00309](https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00309). Acesso em: 15 fev. 2022.

## NOTA DOS AUTORES

### Declaração de conflito de interesse

O presente estudo não possui conflito de interesses

### Contribuições dos autores

Dan Gabriel D'Onofre participou da concepção do projeto de pesquisa, planejamento e interpretação dos dados, redação e revisão intelectual crítica do texto. Bruna Santiago Martins participou do levantamento e interpretação dos dados e redação do texto.

### Endereço para correspondência

BR 465, Km 7, UFRRJ.  
Seropédica/RJ. CEP. 23.897-000

**Submissão:** 21/06/2023

**Aceite:** 10/10/2023